



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Lei nº 422 de 27 de Junho de 1997.

Dispõe sobre o regimento Interno, e a Estrutura Organizacional do Conselho Municipal de Educação e determinar outras providências corretas.

O Prefeito Municipal de Jericó, Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação, como Órgão Normativo e Deliberativo do Sistema criado pela Lei nº 421 de 27 de Junho de 1997, tem por finalidade estabelecer a política e a diretrizes educacionais do Município de Jericó.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação compõem-se de 08 (oito) membros titulares, nomeados pelo Prefeito entre pessoas de notório saber e experiência em educação.

§ 1º. Integram o Conselho Municipal de educação (1) um representante dos Diretores de Escolas Municipais, (1)um representante da comunidade do município e (1)um representante dos pais, todos escolhidos por seus pares, sendo os demais membros de livre escolha do Prefeito Municipal.

§ 2º. O Conselho será renovado a cada 02 anos, permitida a recondução por uma vez, em mandato consecutivo.

Art. 3º - A nomeação dos Conselheiros será feita pelo Prefeito em prazo compreendendo dos 30 (trinta) dias anteriores à extinção dos membros dos que estiverem em exercício o, em caso de morte ou renúncia, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes a vaga.

Art. 4º - O mandato do Conselheiro será extinta antes do prazo:

- I - Por renúncia;
- II - Por falta comparecimento a mais de 03 (três) sessões ordinárias seguidas, com justificativa escrita, devidamente aceita pelo Plenário;
- III - Por retenção de processos, a juízo do Plenário;

Art. 5º - O Conselheiro poderá se afastar, sob licença:

- a) - Tratamento de saúde;
- b) - desempenho de missão oficial;
- c) - Tratar de interesses particulares;
- d) Fixar residência fora do Município ou do Estado.

§ 1º. As licenças até 30 (trinta) dias, serão concedidas pelo Presidente Conselho, que deverá dar ciência ao Plenário.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

2

§ 2º. O Conselho poderá conceder licença por prazo superior ao previsto no parágrafo anterior, ao conselheiro que a requerer.

§ 3º. É permitido ao Conselheiro desistir da licença em qualquer tempo, devendo comunicar o fato ao Presidente do Conselho, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da sessão em que for assumir as atividades.

Art. 6º - O Secretário Municipal de Educação e Cultura presidirá as sessões quando elas comparecer, não tendo, porém, direita a voto.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - São órgãos do Conselho:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Câmara de Educação Pré-Escolar de 1º Grau;
- V - Câmara de Educação Especial e Supletiva de 1º Grau;
- VI - Câmara de Legislação e Normas;
- VII - Comissões Especiais;
- VIII - Assessoria Técnica.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Educação, tem a seguinte Estrutura Organizacional, quantitativos e simbologia:

FUNÇÃO	QUANTITATIVA	SÍMBOLO
a) Presidência	01	DAS-1
b) Vice-Presidência	01	DAS-2
c) Secretária Executiva	01	DAS-3
d) Secretárias de Câmaras	03	DAS-3
e) Assessoria Técnica	02	DAS-3

Parágrafo Único - A Presidência, A Secretaria Executiva, Secretaria de Câmaras, a Assessoria Técnica, funcionarão em caráter permanente; o Plenário, as Câmaras e as Comissões Especiais, nas ocasiões e formas previstas neste Regimento.

Art. 9º - Os membros das Câmaras e das Comissões Especiais, serão designadas pelo Presidente do Conselho, ouvido do Plenário, atendidas sempre que possível, as preferências dos Conselheiros.

Art. 10 - O Conselho realizará mensalmente 02 sessões em caráter ordinário e até 02 (duas) em caráter extraordinário.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Parágrafo Único - O número de sessões de que trata este artigo , explica-se tanto às sessões de Plenário, quanto das Câmaras e Comissões.

Art.11 - Os membros do Conselho Municipal de Educação de Jericó farão jús ao pagamento de JETOU por comparecimento à sessões da Câmara e Plenário.

§ 1º. Os conselheiros somente poderão perceber máximo de 02 jetons por mês, sendo 01 por sessões plenárias e 01 por sessões da Câmara.

§ 2º. O valor de cada Jeton equivale a 50% SM.de nível inicial do quadro permanente da Prefeitura.

Art. 12 - A pauta dos trabalhos programados instala-se com a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 1º. No início de cada sessão, para efeito da verificação de “quorum”, os conselheiros assinarão lista de presença, em livro apropriado.

§ 2º. Quando o número de conselheiros , por motivo de vacância, impedimento ou licença, estiver diminuído, será computada a presença dos conselheiros em efetivo exercício, havendo “quorum” com a metade se o número for par.

Art. 15 - O Plenário deliberará a respeito de pareceres , projetos de resolução, indicações ou propostas apresentadas por escrito, salvo as questões de ordem, ou incidentes da reunião que possam se discutidas e resolvidas de imediato.

§ 1º. Os pareceres serão procedidos de emenda da matéria, nela versada.

§ 2º. Resolução é o ato por meio do qual o Plenário exerce sua competência normativa. Os projetos de resolução poderão ser apresentadas por qualquer um dos Conselheiros individualmente.

§ 3º. Sempre que o processo envolver matéria normativa, será ouvida a Câmara de Legislação e Normas.

§ 4º. Os estudos especiais apresentados pelos Conselheiros e que não constituem matéria de decisão, não serão votados mas poderão ser aplicados.

§ 5º. Para reprodução e distribuição no Plenário, os pareceres, Projetos de Resolução e estudos especiais serão apresentados à Secretaria Executiva até, no mínimo, cinco dias antes da reunião em que deverão ser discutidos.

§ 6º. Por solicitação do Relator, e a juízo do Plenário, poderão ser dispensadas das exigências de que trata o parágrafo anterior, os pareceres formulados sobre a matéria que reclamam apreciação urgente.

Art. 16 - havendo número legal e declarada aberta a sessão, os trabalhos obedecerão à seguinte sequência:

- I - leitura, discussão e aprovação da ata de sessão anterior;
- II - ordem do dia;
- III - período expediente, para comunicação e registro de fatos ou comentários sobre assuntos de ordem geral, podendo cada Conselheiro usar palavra por um período máximo de 05(cinco) minutos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

IV - concessão da palavra para apresentação de moções, indicações, requerimento e iniciativa não diretamente relacionadas com os assuntos da ordem do dia.

Art. 17 - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos conselheiros presentes, excetuadas as hipóteses para as quais este Regimento exigir maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 18- Após relato, o processo será submetido à discussão facultando-se a palavra a cada um dos Conselheiros sempre 05 (cinco) minutos em cada intervenção, prorrogáveis por outros 05 (cinco) minutos, a juízo do Presidente.

Art. 19- Antes do encerramento da discussão de qualquer processo, poderá ser concedida "vista" ao Conselheiro que a solicitar, ficando este obrigado a apresentar seu pronunciamento na reunião seguinte, salvo se o Plenário aprovar a dilação do prazo.

§ 1º. Na discussão de qualquer processo prevê-se o máximo de 02 (dois) pedidos de "vista".

§ 2º. Se houver impugnação justificada do pedido de "vista", decidirá o Plenário sobre sua concessão.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

SEÇÃO I
DO CONSELHO

Art. 20 - Ao Conselho compete:

- I - participar do planejamento e da orientação das atividades educacionais do Município, traçando diretrizes e estabelecendo prioridades;
- II - acompanhar e avaliar a execução da política educacional do Município, consubstanciada no Plano Municipal de Educação;
- III - propor medidas e sugestões visando a expansão e o aperfeiçoamento do processo educacional desenvolvido no Município;
- IV - adotar medidas para que o Município mantenha, através dos órgãos competentes, estatísticas e cadastros atualizados sobre a educação municipal;
- V - avaliar a conveniência da criação de novas escolas ou a ampliação de unidades já existentes, propondo medidas ao secretário Municipal de Educação;
- VI - avaliar periodicamente a situação educacional do Município, a partir de dados quantitativos e qualitativos disponíveis;
- VII - implementar e apoiar formas de assistência ao estudo, definidas no plano Municipal de Educação;
- VIII - sugerir sobre a localização e incorporação de escolha à rede municipal de ensino;



5

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

- IX - instituir prêmios como incentivo à realização de concursos literários, feiras, exposições e promoções similares;
- X - proceder sindicâncias em quaisquer dos estabelecimentos de ensino pertencentes à rede municipal de ensino;
- XI - promover conferências, congressos, encontro, ciclos de estudos ou seminários para debates de assuntos pertinentes à educação.
- XII - propor criação e atualização de bibliotecas nos estabelecimentos de ensino de rede municipal, como elementos informativos e de apoio pedagógico;
- XIII- aprovar a publicação de trabalhos de real significação pedagógica ou científica;
- XIV- aprovar o orçamento próprio do Conselho;
- XV- observar o cumprimento das obrigações e encargos financeiros do Município no setor da Educação;
- XVI- aprovar o orçamento próprio do conselho;
- XVII- emendar ou reformar este regimento, submetendo as alterações à aprovação do Prefeito.

Parágrafo Único - Dependem de homologação do Secretario Municipal de Educação e Cultura, as deliberações a que se referem os itens V, VIII, XIII, XIV e XVIII deste artigo.

Art. 21 - O Conselho dentro de suas atribuições, poderá:

- I - aprovar o Plano Municipal de Educação;
- II - estabelecer critérios para avaliação do rendimento escolar;
- III - fixar normas para formação, atualização e aperfeiçoamento do pessoal docente;
- IV - analisar a aprovar os Regimentos das Escolas do Município;
- V - autorizar o funcionamento de Escolas no âmbito do Município;
- VI - exercer outros encargos correlatos.

Art. 22 - As resoluções vetadas pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura ou por ele não homologada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento, voltarão a ser apreciadas pelo Conselho, que poderá rejeitar o voto de 2/3 (dois terço) de seus membros.

SEÇÃO II
DO PLENÁRIO

Art. 23 - Compete ao Plenário:

- I - discutir e aprovar as atas das sessões do Conselho;
- II - apreciar os pareceres oriundos das Câmaras e das Comissões do Conselho.
- III - homologar a composição das Câmaras e das Comissões do Conselho, feita pelo Presidente;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

- IV - aprovar o calendário de funcionamento do Conselho;
- V - decidir sobre pedidos de urgência e de prioridade de matérias constantes de ordem do dia da respectiva sessão;
- VI - decidir sobre pedidos de votação secreta;
- VII - discutir e decidir sobre os assuntos relacionados com propostas ou sugestões, moções ou indicações, providências ou medidas de que resultam manifestações do Conselho;
- VIII - declarar extinto o mandato do Conselho, nos termos deste Regimento;
- IX - homologar a escolha de membros das Câmara e Comissões;
- X - julgar os recursos interpostos contra decisões do Presidente.

SEÇÃO III
DAS CÂMARAS E COMISSÕES

Art. 24 - Compete à Câmara de Educação Pré-Escolar e do 1º Grau, composta até de 03 (três) membros, examinar matéria relacionada com esse nível de ensino.

Art. 25 - Compete à Câmara de Educação Especial e Supletiva de 1º Grau, composta de até 03 (três membros), examinar matéria relacionada com o nível e a correspondente.

Art. 26 - Compete à Câmara de Legislação, Normas, composto de até 03 (três) membros, pronunciar-se em matéria de interpretação e aplicação das normas legais.

Art. 27 - Compete a cada uma das câmaras ou Comissões:

- I - apreciar os processos que lhe forem distribuídos e sobre eles deliberar, emitindo parecer que será objeto de decisão do Plenário;
- II - promover estudos e levantamentos para serem utilizados nos trabalhos do Conselho;
- III - elaborar normas e instruções a serem aprovadas em Câmara ou Comissão.

Art. 28 - Compete, às Câmara e às Comissões:

- a) responder a consultas encaminhadas pelo Presidente ou Plenário;
- b) cumprir as diligências determinadas pelo Plenário ou pelo Presidente do Conselho;
- c) discutir e aprovar as atas das suas sessões;
- d) propor medidas sugestões a serem encaminhadas ao Plenário.

Art. 29 - Compete ao Presidente do Conselho:

- I - presidir as sessões plenárias do Conselho;
- II - fazer cumprir as Resoluções do Conselho;
- III - exercer os atos concernente a representação do Conselho;



7

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

- IV - promover medidas destinadas a assegurar o pleno funcionamento;
- V - elogiar e aplicar medidas disciplinares com relação aos membros do Conselho e ao Pessoal nele lotado;
- VI - conceder licença ao Conselheiro que solicitar afastamento provisório, ouvido o Plenário, observando o disposto no artigo 5º deste regimento;
- VII- participar, com direito a voto, das sessões das Câmaras e Comissões.
- VIII- baixar normas e instruções que regulem as atividades do Conselho;
- IX - assinar o expediente do Conselho;
- X - distribuir às Câmaras e Comissões, os processos encaminhados ao Conselho;
- XI - exercer o voto de qualidade nas sessões do Conselho;
- XII- baixar resoluções "ad referendum" do Plenário durante o período de recesso do Colegiado ou em casos de extrema necessidade do serviço;
- XIII- designar, anualmente, os membros das Câmaras e das Comissões do Conselho;
- XIV- convocar sessões extraordinárias;
- XV - dar posse aos Conselheiros;
- XVI- autorizar as despesas do Conselho;
- XVII- apresentar ao Plenário a proposta orçamentária para o exercício financeiro subsequente;
- XVIII- apresentar ao Plenário, na primeira sessão ordinária do exercício o relatório anual das atividades do Conselho;
- XIX - desempenhar outras atividades correlatas.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhe, ainda, exercer atividades delegadas no assessoramento permanente da Presidência.

SEÇÃO V
DO CONSELHEIRO

Art.30 - Compete ao Conselheiro:

- I - participar, com direito a voto, das sessões plenárias do Conselho e das Câmaras de que seja integrante;
- II - solicitar as diligências necessárias ao perfeito desenvolvimento de suas tarefas, quer como relator, quer como simples Conselheiro;
- III - participar da escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, e, quando seu integrante, do Presidente e Vice-Presidente das Câmaras e das Comissões;
- IV - ter acesso aos órgãos da Secretaria de Educação e Cultura;
- V - convocar sessões extraordinárias do Conselho, com a adesão e 1/3 (um terço) dos Conselheiros;
- VI - solicitar "vista" em processo;
- VII - solicitar afastamento do Colegiado, nos termos do Art. 5º;
- VIII - levantar questões de ordem, no decorrer das sessões do Colegiado;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

- IX - integrar as Câmaras do Conselho;
- X - funcionar como relator nos processos que lhe forem distribuídos;
- XI - participar, sem direito a voto, dos trabalhos das Câmaras ou Comissões de que não seja componente.

CAPÍTULO IV
DAS ELEIÇÕES

Art. 31 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos com mandatos de 02 (dois) anos, dentre os Conselheiros em exercício por eles através de votação secreta e em separado.

Art. 32 - Serão considerados eleitos Presidente e Vice-Presidente, os Conselheiros que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho, em primeiro escrutínio.

§ 1º. Não obtida a maioria absoluta no primeiro escrutínio, quer para Vice, a escolha processar-se-á por maioria simples.

§ 2º. No caso de empate, proceder-se-á um novo escrutínio, considerando-se, desta feita, eleito o Conselheiro mais antigo, se o empate persistir.

Art. 33 - Em caso de impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, o Conselheiro mais antigo o substituirá.

Art. 34 - Verificando a vacância da Presidência e da Vice-Presidência durante a primeira metade do mandato, proceder-se-á a nova eleição.

§ 1º. Em caso de vacância da Presidência, na segunda metade do mandato assumirá o Vice-Presidente, sendo considerado este cargo como vacante.

§ 2º. Ocorrida a vacância da Vice-Presidência, na segunda metade do mandato, o cargo será preenchido pelo Conselheiro mais antigo até o final do período previsto por este Regimento.

Art. 53 - O Presidente e o Vice-Presidente das Câmaras serão eleitos por maioria absoluta dos seus membros e terão mandato de 01 (um) ano, enquanto o Presidente e o Vice das Comissões serão eleitos pelo mesmo processo e desempenharão as suas funções durante o período de duração de cada Comissão.

Parágrafo Único - No caso de empate observar-se-á previsto § 2º do art. 32 deste Regimento.

CAPÍTULO V
DO SECRETÁRIO EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Art. 36 - O Secretário Executivo e Secretários de Câmaras serão designados pelo Presidente do Conselho. 9

Art. 37 - Compete ao Secretário Executivo:

- I - supervisionar os serviços da Secretaria Executiva e das Secretarias das Câmaras e Comissões, distribuindo tarefas com os funcionários que lhe forem subordinados;
- II - receber encaminhamento ao Presidente o expediente endereçado ao Conselho;
- III - instruir os processos, encaminhando-os ao Presidente, às Câmaras e às Comissões;
- IV - organizar, para a aprovação do Presidente, a ordem do dia das sessões Plenárias;
- V - tomar as providências administrativas necessárias a convocação instalação e funcionamento das sessões do Conselho, das Câmaras e das Comissões;
- VI - manter articulação com os órgãos técnicos e administrativos Secretaria da Educação e Cultura;
- VII - lavrar as atas das sessões do Plenário e auxiliar o Presidente prestando-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- VIII - dar informação final nos processos que devem ser submetidos, Plenário, as Câmaras e às Comissões
- IX - secretariar as sessões do Plenário;
- X - minutar as resoluções a serem baixadas pelo Conselho;
- XI - elaborar todo o expediente da Presidência do Conselho;
- XII - desincubir-se de outros cargos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;
- XIII - selecionar, catalogar e conservar bibliografia e documentação relativas à educação e ao ensino.

SEÇÃO I
DOS SECRETÁRIOS DE CÂMARAS

Art. 38 - Compete aos Secretários de Câmaras:

- I - preparar toda a correspondência da Secretaria Executiva;
- II - datilografar os trabalhos do Conselho;
- III - organizar e manter em ordem o arquivo do Conselho;
- IV - prestar informações ao público sobre o andamento dos processos;
- V - zelar pela correta utilização dos materiais de consumo e permanente, dos equipamentos e instalações;
- VI - exercer atribuições correlatas.

Art. 39 - A Secretaria Executiva e as Secretarias de Câmaras dispõe de tantos funcionários municipais quantos sejam necessários ao desempenho de suas tarefas.



10

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

SEÇÃO II
DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 40 - Compete a Assessoria Técnica:

- I - prestar assistência aos trabalhos da natureza educacional;
- II - oferecer subsídios para emissão de pareceres sobre assuntos educacionais;
- III - fornecer dados para a realização de pesquisas e elaboração dos planos, programas e projetos;
- IV - propor ao Secretário Executivo medidas com vistas à racionalização dos trabalhos afetos à unidade;
- V - desenvolver estudos solicitados pelo Plenários, Câmaras e Comissões;
- VI - analisar processos a serem distribuídos aos Conselheiros.

Art. 41 - O Conselho Municipal de Educação constitui unidade de deliberação superior à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 42 - É considerado de relevante interesse para o Município a função de Conselheiro e o seu exercício tem prioridade sobre os demais encargos de que sejam titulares os Conselheiros.

Art. 43 - Sempre que a matéria sob a sua apreciação venha a exigir, Câmaras e Comissões poderão funcionar em conjunto.

§ 1º - A convocação poderá ser feita e a Presidência dos Trabalhos poderá ser exercida, quer pelo Presidente do Conselho, quer pelo Presidente da Câmara ou Comissão que tenha tido iniciativa da convocação.

§ 2º - O "quorum" será obtido com a presença de 2/3 (dois terços) dos componentes da Câmara ou Comissão reunidas, contando-se duas vezes a presença do Conselheiro que integrar 02 (duas) delas.

Art. 44 - Na composição das Câmaras, proceder-se-á de modo que cada um dos Conselheiros participe ao menos de uma delas.

Art. 45 - O Conselho poderá instituir emenda, com denominação própria, para outorgar a pessoa que tenham se destacado como educadora ou prestado relevantes serviços à educação.

Art. 46 - Das decisões proferidas pelo Presidente, poderá haver pedido de reconsideração e, subsequentemente, recursos ao Conselho, dirigido ao seu Presidente, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Art. 47 - Todos os recursos serão interpostos no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da ciência do ato que lhe der causa.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

11

Art. 48 - Das decisões do Conselho, homologas pelo Secretario Municipal de educação e Cultura, caberá recurso ao Prefeito Municipal, obedecendo o prazo do artigo anterior.

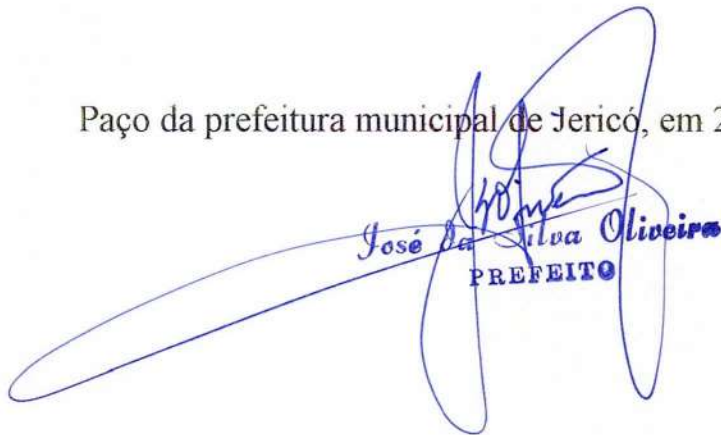
Art. 49 - Os casos emissores neste Regimento serão resolvidos pelo Presidente, "ad-referendum" do Plenário.

Art. 50 - As alterações necessárias deste Regimento, serão efetuadas pelo Chefe do Poder Executivo, através do Decreto.

Art. 51 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder no orçamento da Prefeitura os ajustamentos que se fizerem necessários à plena execução desta Lei.

Art. 52 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da prefeitura municipal de Jericó, em 27 de junho de 1997.


José da Silva Oliveira
PREFEITO